

Indez, um inventário afetivo

Maria Beatriz Rezende

RESUMO: Este breve ensaio aborda o livro *Indez* sob a perspectiva de um inventário de manifestações culturais presentes no cotidiano da vida no interior do Brasil. Buscou-se demonstrar que a literatura de Bartolomeu Campos de Queirós promove um tipo de registro afetivo sobre os sentidos que tais manifestações encerram na construção da memória e das identidades individual e coletiva.

Palavras-chave: *Indez*. Manifestações culturais. Inventário.

ABSTRACT: This brief paper addresses the book *Indez (Nest Egg)* from the perspective of an inventory of cultural manifestations present in everyday life in the countryside of Brazil. It seeks to demonstrate that Bartolomeu Campos de Queirós literature promotes a kind of affective inventory of the meanings that such manifestations contain in the construction of memory and of individual and collective identities.

Keywords: *Indez*. Cultural manifestations. Inventory.

A abordagem que faremos do livro *Indez*, de Bartolomeu Campos de Queirós, sob a perspectiva do Desenvolvimento Sustentável será interpretá-lo como um inventário. Trata-se de uma história narrada por meio da memória individual do protagonista sobre sua infância ambientada no interior, do nascimento aos oito anos de idade. Assim, o narrador protagonista, rememora sua infância a partir da perspectiva adulta, apresentando os acontecimentos e seus desdobramentos que revelam o processo interior de crescimento do menino que foi.

Mas, diferente do modo como é mencionado na quarta capa da edição da Global de 2004, que o define como um “inventário de uma infância no interior do Brasil”, vamos considerá-lo um inventário de um modo de vida do interior do Brasil, pois as manifestações ali arroladas não caracterizam apenas a infância, mas todo o rol de costumes, credices, festejos, saberes medicinais e brincadeiras que expressam uma maneira de viver diferenciada. Uma maneira de viver que ainda preserva forte ligação com as coisas da natureza e por meio da qual “o mundo não estava dividido em dois, um para as pessoas grandes, outro para os miúdos” (QUEIRÓS, 2004, p. 7). Nesse ambiente, possivelmente mais propício ao afeto, em que fronteiras entre natureza e cultura e entre adultos e crianças não ditavam as regras, transcorre essa narrativa poética que nos revela outras possibilidades de se estar no mundo.

Indez é o nome que se dá ao ovo deixado de propósito no ninho para que a galinha volte a colocar novos ovos no mesmo lugar. Por semelhança, em Minas Gerais, usa-se o termo “indez” para nomear as roupinhas de bebê guardadas e passadas adiante de uma mãe para outra futura mãe, como forma de lhe desejar a mesma fertilidade. Com esse título, a obra de Bartolomeu já instiga a curiosidade sobre seus propósitos e, ao final da leitura, associamos o significado de indez à perspectiva que considera o legado como condição para que a vida renasça e continue a sua trajetória indefinidamente.

O livro é escrito numa prosa poética original e cuidada, que prende a atenção do leitor, sem nenhum apoio de ilustração (com exceção da que se encontra na capa). A maestria em apresentar situações do cotidiano ou descrições de ambientes, paisagens e costumes carregados de sentidos faz com que os leitores se reconheçam na narrativa, mesmo aqueles que jamais experimentaram as vivências nela descritas. Sem definir tempo e lugar, trata-se de uma história narrada por meio da memória individual do protagonista sobre sua infância ambientada no interior, do nascimento aos oito anos de idade. O ponto de vista do protagonista, que olha para trás a partir da perspectiva adulta, apresenta os acontecimentos e seus desdobramentos, revelando o processo interior de crescimento do menino. Com esse recurso, o autor faz reverberar as situações, a princípio tão particulares, para toda e qualquer família em outro tempo e lugar, pois são os vínculos afe-

tivos entre as pessoas, entre elas e as coisas, entre a natureza circundante e a vida que vai passando, as razões pelas quais tudo é dito ou descrito: “A casa pertencia à paisagem [...] recebendo recados da vida pela natureza” (QUEIRÓS, 2004, p. 14).

Para ilustrar a interpretação desse livro como um tipo de inventário, lançaremos mão de algumas considerações básicas sobre o campo do Patrimônio Cultural. O termo “inventário”, de acordo com a sua etimologia, se origina do termo latino *inventarium*, com o sentido de “achar” ou, em outras palavras, pôr à mostra, dar a conhecer (HOUAISS; VILLAR, 2009, p. 1115). A função técnica de um inventário, segundo o Decreto n. 3.551 de 4 de agosto de 2000 – que institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências –, é “produzir conhecimento sobre os domínios da vida social aos quais são atribuídos sentidos e valores e que, portanto, constituem marcos e referências de identidade para determinados grupos sociais” (MOTTA; REZENDE, 2015, n.p.).

O processo de atribuição de valor na constituição do Patrimônio Cultural e a consequente legitimação da diversidade cultural originam-se da produção de conhecimento sobre os bens culturais. Por sua vez, a constituição de um patrimônio cultural é fruto de um processo coletivo, institucional ou não; é resultado das escolhas que fazemos como sociedade ou comunidade sobre as referências que quere-

mos ter para o fortalecimento de nossas identidades.

Podemos verificar três conceitos básicos que norteiam a noção de Patrimônio Cultural. Há muitos outros, mas abordaremos os conceitos de identidade, memória e diversidade cultural, que são frequentemente mencionados como se estivessem pacificados, como se fossem de fácil compreensão, aceitos e positivados pelo senso comum, sem que seja necessária qualquer explicação. Entretanto, a problematização desses conceitos é necessária para fortalecer e enriquecer o seu uso.

A identidade é uma construção. Tanto individualmente, como coletivamente. Ela não parte do zero, parte de um legado, de uma herança. Individualmente, temos nossos DNAs únicos, temos a herança familiar, os hábitos, o modo de morar e de conviver. No caso das sociedades, temos o passado comum, a superposição de tradições, de costumes e, também, dos modos de morar e viver.

Esse processo de construção das identidades ocorre na interação social dos indivíduos entre si e, coletivamente, na interação entre as diversas sociedades e culturas. O ser humano é um ser social, a identidade é formada na relação com o outro. É preciso que se tenha a oposição do outro para compreender o “eu” ou, de outro modo, para construir o “eu”. Assim, o que é válido para o indivíduo em relação aos seus pares é válido para as sociedades em relação aos seus pares.

Não há como não ter identidade e não há como não ter cultura. Mas há como

A memória é também uma construção, no sentido de que o ato de esquecer e o de lembrar fazem parte de uma mesma operação, ou seja, a de escolher o que queremos ser.

deixá-la subjugar-se, não a valorizar, desfigurá-la e, nesse sentido, “perdê-la”. Daí a preocupação em compreendê-la como um processo, como uma busca permanente orientada pelo sentimento de pertencimento. Em última análise, algo que permite que o modo de estar e de ser de uma pessoa ou comunidade continuem a produzir sentidos.

A memória é também uma construção, no sentido de que o ato de esquecer e o de lembrar fazem parte de uma mesma operação, ou seja, a de escolher o que queremos ser. Quando olhamos para o passado individual ou coletivo, selecionamos o que queremos reter. Não seria possível se lembrar de tudo, não haveria possibilidade de viver o presente se assim fosse. Essa seleção do que lembrar acontece no presente, mas mira o futuro, pois, ao escolher do que se lembrar, o indivíduo ou a sociedade projeta o que quer vir a ser. Esse processo de construção deriva da capacidade humana de atribuir sentido às coisas como único modo de estarmos ou de pertencermos ao mundo, daí a relação intrínseca entre memória e identidade.

Coletivamente compartilhamos, por meio da memória, saberes, crenças, costumes, afetos, emoções, valores. Por isso, ela cria laços entre uns e outros, assim

como entre o presente, o passado e o futuro, e permite que também se construam as identidades individuais e coletivas. Tudo que somos ou que preservamos em nós é resultado das escolhas que fazemos. Dito de outra forma, assim é lembrar: sonhar com o que se deseja ser.

A memória desencadeia a mágica: “não a que pertence ao domínio do impossível, mas aquela que está à disposição de todos – que nos transporta para frente e para trás no tempo, aguçando o nosso sentimento de conexão com o mundo” (REZENDE, 2007, p. 38).

O conceito de diversidade cultural, por sua vez, remete ao fato de que qualquer bem produzido pelo homem é cultural. Onde está a mão do homem, está a cultura. Mas nem todos os bens produzidos são considerados como “bens culturais”, porque essa aceção já denota uma seleção do que é mais representativo de uma determinada cultura, ou seja, o patrimônio cultural contém a ideia de *coleção*. Essa ideia de coleção é a base da preservação: a seleção de bens que devem permanecer em detrimento de outros para, idealmente, evocar o sentimento de pertencimento das sociedades.

Sabemos que o patrimônio cultural preservado cumpre uma série de funções

simbólicas que se relacionam também com a nossa capacidade de interpretar o mundo. O patrimônio está presente na vida das pessoas sob diversas formas e, independentemente do conhecimento formal que se tenha sobre ele, a sua permanência desperta, sensibiliza, comove e capacita os cidadãos a se perguntarem de onde vieram e para onde querem ir. A fruição e o decorrente “aprendizado” ocorrem pela experiência sensível em primeiro lugar.

Assim como afirmamos a pluralidade das identidades individuais, podemos afirmar a diversidade das identidades coletivas. Ou seja, podemos falar em identidade nacional e identidades locais, de gênero e de classe que perpassam a nacional, a local e muitas outras.

Quanto aos inventários, no âmbito da preservação no Brasil, eles não são um instrumento de proteção legal, mas são considerados como uma ação de preservação em si, porque produzem conhecimento sobre os possíveis bens culturais, garantindo o registro das informações sobre eles e possibilitando o estudo e a compreensão sobre os valores que encerram. Os trabalhos técnicos de inventário reúnem dados em levantamentos de campo e em fontes documentais sobre as mais diversas manifestações culturais que despertam interesse por parte dos agentes formais ou informais da cultura. Trazem luz à seleção/escolha do que deve ou não permanecer, do que se quer preservar e de que forma, empoderando os “agentes da memória”, sejam eles institucionais ou não.

Retomando o livro *Indez*, de Bartolomeu Campos de Queirós, podemos dizer que nele o autor realiza uma espécie de inventário. Um “inventário afetivo”, quando revela a herança de um menino associada ao seu desenvolvimento até alcançar a idade em que necessariamente terá que deixar o ambiente doméstico e ganhar o mundo para continuar seus estudos. Para tanto, o autor elenca uma série de manifestações e bens culturais numa espécie de rol, descrevendo melhor alguns e apenas enumerando outros. Mas o faz sempre evidenciando os sentidos e valores que esses bens e manifestações possuem na tessitura da vida propriamente dita. Ou seja, inventaria as condições culturais e afetivas para que um menino cresça recebendo o legado de seus pais – por sua vez, inseridos num modo de vida coletivo característico do interior do Brasil. Desse modo, demonstra que a sustentabilidade da vida está relacionada a uma herança, a um ponto de partida que permite não só viver o presente, mas escolher o futuro que se quer ter. Não se trata de nostalgia ou de enaltecer a manutenção de valores, costumes e hábitos inalterados, mas de produzir conhecimento sobre eles para que a vida possa fluir das suas raízes e, exatamente por isso, almejar alternativas cada vez mais ricas para se transformar. Este é o sentido da preservação que se relaciona à ideia de sustentabilidade: iluminar o presente por meio do legado deixado pelas gerações que nos antecederam e com isso informar o futuro que queremos ter.

Por meio da literatura, Bartolomeu faz um inventário afetivo das manifesta-

ções culturais que caracterizaram o modo de vida do interior do Brasil. Um modo de vida que em certa medida ainda subsiste e que, tendo sido mais generalizado em tempos remotos da nossa trajetória de país, ainda encontra nas gerações mais idosas muitas referências presentes. A relevância de tais referências está na sua capacidade de continuar a produzir sentidos, de expressar valores ainda caros para as comunidades. Não à toa essas referências têm sido reapropriadas pelos meios educacionais e pelas propostas terapêuticas as mais diversas, dirigidas a diversas faixas etárias, seja por meio da arte, dos trabalhos manuais domésticos, da reapropriação de festas e celebrações tradicionais, da religiosidade, enfim, porque tais práticas encerram valores relacionados ao equilíbrio físico e mental, à capacidade lúdica, às capacidades contemplativa e de superação tão fragilizadas nas nossas cidades. Nos tempos atuais, em que as novas tecnologias avançam sem que tenhamos consciência dos seus efeitos e das eventuais perdas na qualidade de vida que elas provocam, tais práticas – no lugar de anacrônicas – transfiguram-se em estratégias para uma vida mais rica, quando recuperadas. Falo das brincadeiras (não dos brinquedos comprados!), dos festejos, das coisas feitas à mão, da medicina tradicional, da culinária, dos modos de morar e viver em harmonia com a natureza.

Com esse inventário afetivo, Bartolomeu percorre várias dimensões da vida e, como dissemos, põe à mostra um modo de viver propício ao afeto, à vivência dos sentidos que as coisas culturais têm para o

fortalecimento das identidades, para a fruição da vida em plenitude, mostrando que há alternativas para a sua sustentabilidade.

No livro, encontramos várias referências a costumes, à culinária, aos modos de morar em que aparecem as características da casa e do mobiliário, com a presença de rendas e bordados, enfeites e objetos de decoração. Referências a brincadeiras e festejos, à religiosidade, à medicina tradicional, tudo costurado com a noção abrangente de paisagem cultural que envolve as relações entre o interior e o exterior e entre a subjetividade e a materialidade das coisas e das pessoas.

Como exemplo, cito algumas referências a costumes associados à culinária, em que as coisas de comer estão entrelaçadas com saberes medicinais, e a como o afeto e o cuidado informam a criação dos filhos e permitem a manifestação do amor familiar no cotidiano da vida:

E quando se começava a engordar galinhas, era um aviso de que um novo irmão estava para chegar. E nascia recebido pela mesma alegria com que se comiam as asas, as costelas, os pés, os pescoços, sobra de canja coberta de salsa e cheiro que fortificava a mãe de resguardo sobre a cama branca. (QUEIRÓS, 2004, p. 9)

Nesse único parágrafo, sentimos o tempo da espera de uma nova vida – a gestação e a engorda das galinhas –, associamos a mesa farta ao saber culinário e medicinal sobre a necessidade de se fortalecer a mãe no seu resguardo e a visualizamos ainda deitada sobre a cama branca e limpa, tudo costurado com muita alegria, sabor e aromas: “Para que não chorasse, a mãe

REZENDE, M. B.

enrolava lasquinhas de rapadura em retalho de pano alvejado. Ele chupava aquela trouxinha com cara de quem estava adoçando a vida” (QUEIRÓS, 2004, p. 12).

O artefato simples feito de rapadura com pano alvejado mostra o cuidado, a higiene e o verdadeiro sentido de acalmar o choro, oferecendo o grande ensinamento, sempre necessário para todo momento de sofrimento: adoçar a vida.

Quando voltava, ele trazia pão com salame embrulhado em papel pardo. Naquele lugar, onde biscoitos e bolos eram frequentes, pão era notícia de outro mundo. E o salame vermelho, cortado em rodélas, com meia luas de pimenta-do-reino, tinha gosto do amor que o pai revelava nos gestos, mas não dizia com a voz. (QUEIRÓS, 2004, p. 39)

Mais uma vez, o que é descrito se transforma em expressão de afeto. Daí a singularidade deste inventário: o registro de costumes do cotidiano, das celebrações, da religiosidade, do saber medicinal, dos modos de viver e morar se dá por meio dos sentidos e da afetividade que tais manifestações representam na vida dos que as compartilham. Não seria esse o sentido mais profundo para a produção de conhecimento sobre o mundo ou para a definição do que seja o patrimônio cultural de uma sociedade?

REFERÊNCIAS

HOUAISS, Antonio; VILLAR, Mauro de Sales. **Dicionário Houaiss de Língua portuguesa**. 1. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009, p. 1115.

MOTTA, Lia; REZENDE, Maria Beatriz. Inventário. In: GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano;

THOMPSON, Analucia (Orgs.). **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural**. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2016. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Invent%C3%A1rio%20pdf.pdf>>. Acesso em: 2 fev. 2022.

QUEIRÓS, Bartolomeu Campos de. **Indez**. 12. ed. São Paulo: Global, 2004.

REZENDE, Maria Beatriz (Coord.). **Patrimônio e Leitura**: catálogo comentado de literatura infantojuvenil. 2. ed. Rio de Janeiro: IPHAN/Copedoc, 2007.

SOBRE A AUTORA:

Maria Beatriz Rezende é arquiteta (aposentada) do IPHAN, com trabalhos na área de Educação Patrimonial, tendo desenvolvido e coordenado o Projeto “Catálogos Patrimônio e Leitura” (UFF/IPHAN). É especialista em Literatura Infantojuvenil (UFF) e integrante do Grupo de Pesquisa LeLiS.